



PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

CONCURSO PÚBLICO N.º 05/GC/2025

(COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL)

INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA

PARA O

CANAL PARLAMENTO

ÍNDICE

SECÇÃO I - OBJETO E ÂMBITO DO CONCURSO	3
Artigo 1.º Objeto do concurso	3
Artigo 2.º Entidade pública adjudicante	3
Artigo 3.º Órgão competente para prestar esclarecimentos	4
SECÇÃO II - PROPOSTAS	4
Artigo 4.º Documentos que constituem as propostas	4
Artigo 5.º Valor Global	4
Artigo 6.º Apresentação de propostas variantes	4
Artigo 7.º Prazo para a apresentação das propostas	5
Artigo 8.º Modo de apresentação das propostas	5
Artigo 9.º Prazo da obrigação de manutenção das propostas	6
SECÇÃO III – LISTA DE CONCORRENTES	6
Artigo 10.º Lista dos candidatos e consulta das propostas apresentadas	10
SECÇÃO IV - ADJUDICAÇÃO	12
Artigo 11.º Critério de Adjudicação	12
Artigo 12.º Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário	12
SECÇÃO V - CAUÇÃO	14
Artigo 13.º Caução para garantir o cumprimento de obrigações	14
SECÇÃO VI – HABILITAÇÃO.....	14
Artigo 14.º Documentos de habilitação	14
SECÇÃO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS	15
Artigo 15.º Publicitação	15
Artigo 16.º Despesas e Encargos.....	15
Artigo 17.º Novos Serviços	15
Artigo 18.º Legislação	15

SECÇÃO I - OBJETO E ÂMBITO DO CONCURSO

Artigo 1.º

Objeto do concurso

1. O presente procedimento tem por objeto a seleção de cocontratante para aquisição de serviços de Interpretação de Língua Gestual Portuguesa para o Canal Parlamento, nos termos do determinado na Cláusula 1.ª do Caderno de Encargos.
2. O procedimento compreende a disponibilização de dois (2) intérpretes a prestar serviços na Assembleia da República nos termos constantes do Caderno de Encargos.
3. O presente procedimento reveste a forma de concurso público, nos termos conjugados do preceituado na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), na sua versão atualizada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e alterado pela lei n.º 30/2021 de 21 de maio, com vista à celebração de um contrato fornecimento, previsto na alínea e) do n.º 2 do artigo 16º do CCP.
4. É aplicável ao presente procedimento o Código CPV — 79540000-1, correspondente à descrição de “Serviços de interpretação”

Artigo 2.º

Entidade pública adjudicante

1. A entidade pública adjudicante é a Assembleia da República, sita no Largo das Cortes, Palácio de São Bento - 1249-068 Lisboa com o número de telefone 213917145 e de telefax 213917005 e com o e-mail: ...
2. A decisão de contratar foi tomada por S. Ex.ª o Presidente da Assembleia da República, nos termos conjugados da alínea d) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho com o n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 77/88, de 1 de julho, com as alterações produzidas pela Lei n.º 59/93, de 17 de agosto e pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho.
3. Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos (adiante designado abreviadamente por “CCP”), e ainda, do constante do n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto, que regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação públicas, a plataforma eletrónica através da qual a entidade adjudicante conduzirá todos os tramites processuais, tem o seguinte endereço eletrónico: www.acingov.pt

Artigo 3.º

Órgão competente para prestar esclarecimentos

1. O presente procedimento é conduzido por um Júri, designado pelo órgão competente para a decisão de contratar.
2. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do júri.

SECÇÃO II

Propostas

Artigo 4.º

Documentos que constituem as propostas

1. A proposta deve obrigatoriamente integrar:
 - a. Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º e anexo I do CCP, cujo modelo faz parte do presente convite como seu anexo II;
 - b. Preço total anual dos serviços a prestar;
 - c. *Curriculum vitae* dos intérpretes de língua gestual que ficarão preferencialmente afetos ao contrato, com indicação expressa, quando aplicável:

- i. Dos anos, meses e/ou dias de experiência comprovada em interpretação simultânea de linguagem gestual para televisão, em direto, e os meios audiovisuais onde a mesma teve lugar; e
 - ii. Formações específicas com relevância para o domínio da terminologia parlamentar e das matérias de debate político, ou que tenham por fim uma mais rápida e eficiente adaptação a novas terminologias e matérias.
2. Os preços propostos serão expressos em Euros (€), por extenso e algarismos e não incluirão o IVA, devendo os concorrentes indicar a isenção deste imposto, sendo que, em caso de divergência, prevalecerá o indicador por extenso.
3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de divergência entre eles, prevalecem sempre, em qualquer caso, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
4. Os documentos que integrem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Artigo 5.º

Valor Global

O valor global para a prestação de serviços, para o prazo máximo de vigência do contrato, equivalente a 3 (três) anos é de 153 800,00€ (cento e cinquenta e três mil e oitocentos euros), isentos de IVA, nos termos da alínea 38 do artigo 9.º do Código do IVA.

Artigo 6.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 7.º

Prazo para a apresentação das propostas

1. As propostas podem ser apresentadas até às **23:59h do 30.º dia**, a contar da data do envio desse anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.
2. É da exclusiva responsabilidade dos concorrentes a previsão e gestão do tempo necessário para a inserção das propostas e documentos que as acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo e velocidade de acesso à Internet de que dispõem, na medida em que, a submissão total da proposta deverá estar concluída de forma imperiosa até ao dia e hora referidos no n.º anterior.

Artigo 8.º

Modo de apresentação das propostas

1. A participação no concurso depende de prévia inscrição no procedimento “Concurso público n.º .../GC/2025 para “Serviços de Interpretação de Língua Gestual Portuguesa para o Canal Parlamento”, a ser efetuada no portal www.acingov.pt, ficando registada a identificação, o nome do contacto e o endereço eletrónico das entidades que se tenham inscrito.
2. O acesso aos documentos constantes na plataforma eletrónica, bem como à apresentação das propostas, será facultado aos interessados que se inscrevam no mencionado portal.
3. A proposta será obrigatoriamente apresentada na plataforma eletrónica da Assembleia da República, acessível através da ligação: www.acingov.pt
4. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do site onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que, os referidos site e documento dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.
5. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015, de 17/08, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma “acinGov” apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhe sejam imputáveis, ao sistema em que a plataforma opera ou à própria plataforma.

6. Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
7. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).
8. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).
9. A falta de assinatura eletrónica nos documentos que constituem as propostas, bem como a não apresentação com a proposta do documento referido no número anterior, quando aplicável, é motivo de exclusão.

Artigo 9.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de 90 (noventa) dias o prazo da obrigação da manutenção das propostas.

SECÇÃO III

Lista dos concorrentes

Artigo 10.º

Lista dos candidatos e consulta das propostas apresentadas

1. O júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica identificada no n.º 3 do artigo 2.º do presente Programa.
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na plataforma eletrónica referida no número anterior.
3. O interessado que tenha apresentado proposta e que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes, pode reclamar desse facto no prazo de três (3) dias úteis contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2.

SECÇÃO IV

Adjudicação

Artigo 11.º

Critério de adjudicação

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade multifator, prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, mediante aplicação, por ordem decrescente de importância, dos seguintes fatores, cuja fórmula de avaliação é (modelo de avaliação constante do **Anexo IV**):
 - a) Preço, que assume na pontuação final a ponderação de 65 %;
 - b) Experiência do intérprete, que assume na pontuação final a ponderação de 30 %; e
 - c) Pegada ambiental, que assume na pontuação final a ponderação de 5 %.Em caso de empate, será vencedor o concorrente empatado que, pela seguinte ordem de prevalência:
 - a) Seja pontuado em primeiro lugar no fator preço;
 - b) Seja pontuado em primeiro lugar no fator respeitante à experiência do intérprete;
 - c) Seja pontuado em primeiro lugar no fator pegada ambiental; e
 - d) Mediante a realização de sorteio.

Os preços devem ser apresentados em euros, com quatro casas decimais, e não incluem IVA.

2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos no artigo 14.º do presente Programa e para, no mesmo prazo, prestar caução, se devida, nos termos do disposto nos artigos 88.º a 91.º do CCP, indicando expressamente o seu valor.

Artigo 12.º

Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio.

SECÇÃO V

Cauções

Artigo 13.º

Caução para garantir o cumprimento de obrigações

No âmbito do presente procedimento não será solicitada a prestação de caução.

SECÇÃO VI

Habilitação

Artigo 14.º

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação:
 - a) A declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 81º do CCP, emitida conforme modelo constante do anexo II ao CCP (**Anexo III**);
 - b) Documento comprovativo, ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*, de que têm a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - c) Documento comprovativo, ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*, de que têm a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e), e i) do n.º 1 do artigo 55º do CCP, nomeadamente, incluindo:
 - Comprovativo de que não tenha sido condenado por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções:
 - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho, de 26 de maio de 1997, e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.

- e) Documento comprovativo da identidade dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da pessoa coletiva adjudicatária (certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online);
 - f) Comprovativo de inscrição no Registo Central do Beneficiário Efetivo nos termos do disposto no artigo 36.º do Anexo à Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto e no artigo 34.º da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto e ainda da Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto;
2. Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem, nos termos do artigo 6.º da portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, ser apresentados por todos os seus membros.

SECÇÃO VII

Disposições finais

Artigo 15.º

Despesas e encargos

As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 16.º

Novos Serviços

A Assembleia da República poderá adotar um ajuste direto com o adjudicatário do presente concurso, nos termos e para os efeitos das situações previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo n.º 27.º do CCP, quando for o caso.

Artigo 17.º

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos e no diploma que o aprovou, o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto e subsequentes alterações.

Anexos:

- Anexo I – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º.
- Anexo II – Proposta de preço a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º.
- Anexo III – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º.
- Anexo IV – Modelo de avaliação das propostas.

ANEXO I

Modelo de declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º)

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Não foi objeto de aplicação da sanção prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (12);

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (13);

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):

i. Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii. Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii. Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv. Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento, que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva. Programa de concurso – Concurso Público para a celebração de Acordo Quadro para fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental 19

(10) Declarar consoante a situação.

(11) Declarar consoante a situação.

(12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(14) Declarar consoante a situação.

(15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(18) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo II

Proposta de preço a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º.

I - A (identificação da empresa concorrente), com o NIF n.º _____, sede em _____, representada pelo seu (Identificação de representante), conforme procuração que se junta, vem apresentar proposta ao procedimento de aquisição de serviços de Interpretação de Língua Gestual Portuguesa para o Canal Parlamento, nos seguintes termos e valores:

• Preços:

- a) Preço anual unitário para cada um dos 2 (dois) intérpretes: _____
- b) Preço global para 12 (doze) meses: _____

II - Descrição do modo de prestação dos serviços associados:

Esta proposta é válida por 90 (noventa) dias a contar da data-limite para sua submissão.

Mais se declara que se renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita a execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Lisboa, ... de ... de 2025

Assinatura _____

Obs. Deve ser redigida em português, sem rasuras, entrelinhas, ou palavras riscadas, assinada pelo proponente ou sem representante

ANEXO III

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 — ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (19) ...[firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (20):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (21) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (22)] (23);

c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (25);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal [ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal] (26);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (27)] os documentos comprovativos de que a sua representada (28) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Programa de concurso

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (29)]

(19) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(20) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(21) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(22) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(23) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(24) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(25) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(26) Declarar consoante a situação.

(27) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(28) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(29) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO IV
MODELO DE AVALIAÇÃO
[a que se refere o Artigo 11.º do programa]

O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade **multifator**, pela aplicação, por ordem decrescente de importância, dos fatores que se passarão a enunciar.

As pontuações parciais dos fatores serão atribuídas em conformidade com uma escala de pontuação de 0 a 10 nos termos seguintes.

FATOR – a. PREÇO (a)

O presente fator pretende avaliar o preço indicado em sede de propostas sujeitas a avaliação, para efeitos de prestação dos serviços objeto do presente procedimento, conforme previsto no caderno de encargos subjacente a este procedimento.

No âmbito deste fator, a pontuação de cada proposta será calculada por aplicação da seguinte fórmula ao preço indicado em sede de proposta para prestação dos serviços objeto do presente procedimento:

$$P = (-10,00 \times \text{Atributo}^6 / 0,22^6) + 10,00$$

Em que:

“**P**” corresponde à pontuação do fator “Preço proposto”; e

“**Atributo**” diz respeito ao preço indicado em sede de proposta em avaliação para prestação dos serviços objeto do presente procedimento.

FATOR - b. Experiência curricular dos intérpretes a afetar ao contrato (b)

Este fator pretende pontuar as propostas que evidenciem experiência curricular dos intérpretes a afetar ao contrato.

Assim sendo o presente fator será avaliado tendo por base a aplicação às propostas em avaliação da seguinte tabela:

Experiência curricular	Pontuação
10 anos de Experiência curricular dos recursos humanos a afetar ao contrato	10
5 anos de Experiência curricular dos recursos humanos a afetar ao contrato	5
2 anos de Experiência curricular dos recursos humanos a afetar ao contrato	2
0 anos de Experiência curricular dos recursos humanos a afetar ao contrato	0

O incumprimento deste aspeto em sede de execução contratual, fará o adjudicatário incorrer em incumprimento, podendo a Assembleia da República aplicar as penalidades contratualmente previstas.

A proposta que não apresente elementos que permitam levar a cabo a sua avaliação no âmbito do presente fator, serão também pontuadas com 0 pontos.

FATOR - c. Pegada ambiental c)

Este fator pretende pontuar as propostas que evidenciem a minimização da pegada ambiental inerente à execução do contrato.

Assim sendo o presente fator será avaliado tendo por base a aplicação às propostas em avaliação da seguinte tabela:

Critérios ambientais	Pontuação
Utilização de transportes públicos, bicicletas, veículos de zero emissões, como elétricos ou híbridos, ou realização de caminhadas na deslocação até às instalações da AR	5
Utilização de viatura a combustão de forma partilhada	3
Utilização de viaturas a combustão de forma individual	0

PONTUAÇÃO FINAL

O resultado final da pontuação de cada proposta será apurado mediante a aplicação da fórmula seguinte:

$$PF = 0,65(a) + 0,30(b) + 0,05(c)$$